



Por Gustavo Loyola

Foi presidente do BC em duas ocasiões (1992-1993 e 1995-1997). Entre 2003 e 2006, presidiu o Conselho Fiscal do Itaú. É sócio-diretor da Tendências Consultoria

Solução simples e errada

Questões regulatórias e de gestão municipal que devem ser consideradas no caso do apagão em São Paulo

Por Gustavo Loyola

22/12/2025 05h02 · Atualizado há 8 horas

“Para um problema complexo, existe sempre uma solução simples, clara e totalmente errada” é uma frase atribuída ao jornalista norte-americano H. L. Mencken (1880-1956) que se encaixa como uma luva nas discussões atuais sobre como prevenir a repetição no futuro dos apagões recentemente ocorridos na cidade de São Paulo causados por eventos climáticos extremos.

No caso, a solução simples e errada defendida por muitos é a intervenção na concessionária da distribuição de energia ou a revogação imediata dessa concessão. A meu ver, sem prejuízo de ter havido negligência por parte da concessionária - fato que deve ser apurado e, se comprovado, gerar as devidas consequências previstas contratualmente - a queda prolongada da energia na região metropolitana resulta da interação complexa de vários fatores que se acumularam ao longo das últimas décadas, sem que providências efetivas tivessem sido implementadas tempestivamente por quem de direito.

O pano de fundo dos cada vez mais recorrentes apagões causados por fenômenos climáticos é o aquecimento global que vem transformando o planeta. Estudos de entidades de pesquisa vem alertando que tempestades extremas tem se repetido com maior frequência e intensidade nas últimas décadas. O fenômeno mais impactante é o aumento da intensidade das chuvas. Por exemplo, um estudo da USP mostra que o número de eventos de precipitação extrema, com chuva acima de 100 milímetros/dia, já é maior nos últimos 20 anos do que no acumulado das seis décadas anteriores. O fato de estarem presente tais transformações climáticas, por si só, já indica que o remédio para os contratempos causados pelo clima em São Paulo - incluindo os apagões - não podem mais ser tratados na base do improviso e do jogo de empurra entre os diversos atores envolvidos. É preciso construir uma estratégia que ataque o problema de maneira abrangente e efetiva e duradoura, longe dos faróis da política partidária.

No caso do contrato de concessão para distribuição de energia na grande São Paulo, é necessário se interrogar primeiro se ele continua adequado à nova realidade provocada pelas mudanças climáticas. Há muito que os economistas alertam para o crescente custo econômico derivado dessas mudanças e, como não há almoço grátis, o maior desafio para os formuladores e executores das políticas públicas é o de definir como e quem pagará essa conta que se torna a cada dia mais pesada. Porém, realisticamente, não há como fugir do fato que esse ônus alcançará as famílias, seja como consumidoras, seja como contribuintes.

Um outro questionamento a ser feito em relação ao contrato é se a formatação da concessão em sua origem, ainda nos tempos da Eletropaulo, foi a mais correta no que diz respeito a conter os incentivos adequados para que o concessionário fizesse os investimentos necessários ou se, ao contrário, focou apenas na modicidade tarifária ou na maximização dos ganhos para o erário. O sabido é que a experiência brasileira está repleta de casos de devolução prematura de concessões, em razão de leilões mal modelados, como é o caso de algumas concessões de rodovias realizadas no mandato de Dilma Rousseff.

Contratempos causados pelo clima em SP não podem mais ser tratados na base do improviso e do jogo de empurra

Os contratos que resultam de modelagens inadequadamente concebidas já nascem com um elevado risco de desequilíbrio econômico-financeiro que acaba por se manifestar ao longo do período de concessão. Quando isso ocorre, muitas vezes a primeira vítima são os investimentos, o que conduz, com o passar do tempo, à deterioração da qualidade dos serviços prestados em prejuízo dos consumidores. Além disso, concessões mal concebidas podem levar a uma situação de “moral hazard”, atraindo empresas com maior apetite ao risco que se fiam na possibilidade de uma renegociação futura a seu favor.

No caso específico de São Paulo, a concessão foi herdada pela Enel, ao passar a controlar a Eletropaulo em 2018. Pode ser o caso em que a empresa tenha desembolsado um valor acima do razoável pelas ações adquiridas, o que, mutatis mutandis, leva a uma situação muito parecida com a descrita acima, embora nesse caso o poder concedente não deva ser responsabilizado pelos atos do agente privado.

Além dos fatores ligados ao contrato de concessão ou ao desempenho do concessionário, no caso dos apagões é necessário um olhar crítico também sobre outros atores que, de uma forma ou de outra, são também responsáveis pela situação crítica a que se chegou. No caso da capital paulista, a arborização mal cuidada é sem dúvida uma das maiores responsáveis pelo caos que se instala na cidade após eventos de chuvas e ventos intensos, sendo a queda de árvores responsável não apenas pela derrubada da rede elétrica, mas também pela perda de vidas humanas. São frequentes narrativas dando conta da ineficiência das autoridades municipais no que diz respeito à poda e retirada de árvores comprometidas ameaçadas de queda. Diga-se de passagem que esse problema não data da administração atual, mas vem persistindo há muito tempo.

Em suma, não é substituindo seis por meia dúzia que fará os apagões desaparecerem da cidade de São Paulo. Há questões regulatórias e de gestão municipal que devem ser consideradas, tendo em conta inclusive as mudanças climáticas que afetam cada vez mais a distribuição de energia.